

Novembro 2021
BPC Policy Brief - V.11 N.7

BPC Policy Brief

Transformação no BNDES

Maria Elena Rodriguez Ortiz

Rafaela Mello Rodrigues de Sá



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC), *think tank* vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Equipe BPC

Diretor do Instituto de Relações Internacionais
Luis Manuel Fernandes

Diretora do BRICS Policy Center
Ana Saggioro Garcia

Conselho Acadêmico
Paulo Esteves
Maria Elena Rodriguez
Luis Manuel Fernandes

Esta é uma publicação do Laboratório de Cooperação e Financiamento para o Desenvolvimento (LACID):

Equipe LACID:
Maria Elena Rodriguez
Paulo Esteves
Cândido Grinsztejn
Rafaela Mello Rodrigues de Sá

Design
Larissa Rodrigues



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



BRICS Policy Center

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: +55 21 2535-0447 / CEP: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

BPC Policy Brief V.11 N.7

Outubro-Novembro/2021.

Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center

ISSN: 2318-1818

25p ; 29,7 cm

1. **BNDES;**
2. **Banco de Desenvolvimento**



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS





Índice

1. Introdução.....	4
2. Principais transformações do BNDES nos últimos anos.....	5
2.1 Introdução da Taxa de Longo Prazo (TLP).....	5
2.2 Privatizações e Desestatizações.....	8
2.3 Devolução antecipada ao Tesouro Nacional e Desinvestimentos na BNDESPAR.....	11
3. Efeitos das transformações do BNDES.....	12
3.1. <i>Política Socioambiental do BNDES</i>	18
4. Considerações finais.....	20
5. Referências.....	21

Transformação no BNDES

Maria Elena Rodriguez Ortiz
Rafaela Mello Rodrigues de Sá

1. Introdução

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é a principal instituição de fomento ao desenvolvimento nacional do Brasil. Contudo, com o passar do tempo o banco foi perdendo força e sofrendo reformulações.

Diversos motivos podem ser apontados, mas muitas destas mudanças estão atreladas a direcionamentos dos diferentes governos. Pelo BNDES ser um banco com seu capital concentrado nas mãos do governo federal, o que faz com que suas diretrizes de atuação sejam determinadas pelo governo vigente em questão.

No governo Lula, por exemplo, o BNDES teve um aumento considerável dos desembolsos realizados, sendo a base da estratégia desenvolvimentista levada a cabo pelo Estado. Contribuindo assim na inserção da economia na ordem internacional via expansão das empresas brasileiras para o exterior, criando grandes “competidoras globais”.

No entanto, desde 2016, diversas mudanças foram ocorrendo e se aprofundando. Tanto no Governo Temer, quanto no Governo Bolsonaro, é possível visualizar um BNDES voltado a atividades mais relacionadas a processos de desestatizações e privatizações.

A categoria de Banco de Desenvolvimento é atribuída ao BNDES desde sua criação nos anos 1950, uma vez que sua atuação buscava (1) a geração de externalidades positivas, sejam sociais ou ambientais, através de seus projetos; (2) a redução das falhas de mercado existentes, seja por causa de mercados incompletos em que há setores que não possui crédito, seja pelo racionamento de crédito em que certas empresas não possuem acesso a investimentos; e (3) a implementação de projetos com retornos sociais em detrimento a retornos privados (ALBUQUERQUE et al, p. 2018).

Dessa maneira, o BNDES foi fundado com o objetivo de conceder crédito a baixo custo e de amplo acesso para incentivar o desenvolvimento brasileiro. Dentro deste contexto, o seguinte documento visa sistematizar as transformações que ocorreram no BNDES nos últimos anos, desde 2016. Esse estudo se faz importante perante as

(1) “Mecanismos e procedimentos nacionais para gestão das finanças públicas, contabilidade, auditoria, aquisição, estruturas de resultados e monitoramento” (DECLARAÇÃO DE PARIS, 2005).

mudanças de governo e variações nas diretrizes de atuação do banco.

2. Principais transformações do BNDES nos últimos anos

As políticas econômicas pautadas em valores e ideias liberais no Brasil são características de continuidade entre os últimos governos. Algumas transformações do banco, nesta direção, começam a ser explícitas nos anos 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Naquela época, o banco assumiu um papel de facilitador do processo de privatização de grandes empresas estatais nos setores de comunicações, infraestrutura de transporte, distribuição de energia e siderurgia (GHIBAUDI, LALTUF, 2017, p. 41).

Durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), foi possível identificar políticas liberais, porém, com aspectos desenvolvimentistas, os quais foram refletidos na atuação do BNDES durante o período. Nesse sentido, foi relevante a ação anticíclica desempenhada pelo banco a fim de combater os efeitos da crise financeira de 2008.

Durante o período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o BNDES foi responsável por dar suporte à política industrial com inspirações desenvolvimentistas que ficou conhecida como Política de Campeões Nacionais, que almejava uma posição competitiva das empresas brasileiras no âmbito internacional³.

Após acusações de corrupção envolvendo este arranjo, o BNDES foi alvo de duras críticas por beneficiar apenas grandes empresas, com milionárias somas. Após investigações realizadas foi constatado não haver indícios concretos das acusações e foi encerrado o processo.

Com a posse de Michel Temer como Presidente da República, em 2016, a administração governamental sinalizou para um aprofundamento do caráter liberal das políticas econômicas, caracterizada, principalmente, pela diminuição dos gastos do Estado, avaliando e prezando pelo equilíbrio das contas públicas. Tanto a aprovação da PEC 55/2016, limitando por 20 anos os gastos públicos, quanto a implementação da reforma trabalhista em 2017, flexibilizando as regras do mercado de trabalho, são exemplos destas políticas em direção a um processo de reafirmação da agenda liberal e Esta política industrial recebeu críticas por privilegiar setores específicos da economia brasileira, enquanto outros não recebiam investimentos suficientes. Um desses críticos é Sergio Lazzarini, que questiona: "Como é que dava para priorizar dinheiro em frigorífico, quando o País não tem saneamento?" (BARBIERI, 2021).

2.1 Introdução da Taxa de Longo Prazo (TLP)

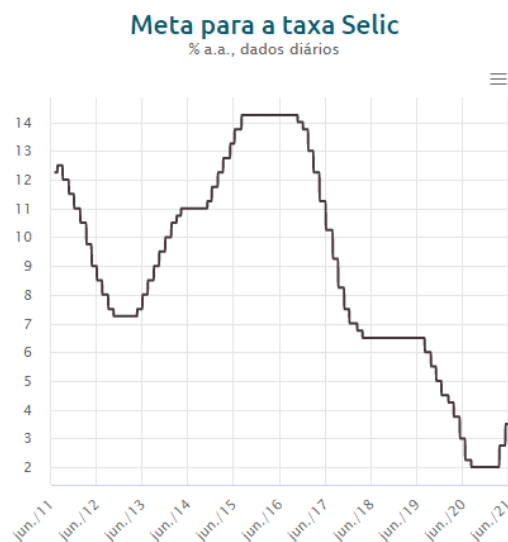
Durante o Governo Temer, em 2017, foi publicada a Medida Provisória 777, que estabelece a criação da TLP (Taxa de Longo Prazo), substituindo a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), que funcionava como taxa de juros padrão do BNDES para empréstimos. Esta medida inaugurou um modelo de taxa de juros caracterizado por um comportamento pró-cíclico, oposto a atuação convencional do banco, uma vez que a antiga TJLP era uma taxa de juros fixada em níveis mais baixos pelo governo - a fim de assegurar prioridades político-econômicas - e a introdução desta nova taxa de juros acompanhará a rentabilidade da NTN-B, sendo indexado ao IPCA – índice de inflação passada. Introduzindo grande volatilidade e um comportamento pró-cíclico, uma vez que a TLP tende a

(3) Esta política industrial recebeu críticas por privilegiar setores específicos da economia brasileira, enquanto outros não recebiam investimentos suficientes. Um desses críticos é Sergio Lazzarini, que questiona: "Como é que dava para priorizar dinheiro em frigorífico, quando o País não tem saneamento?" (BARBIERI, 2021).

flutuar e aumentar em momentos de crise, impondo um custo mais alto para o financiamento das empresas, diminuindo também a competitividade do BNDES frente aos outros bancos de investimento.

De acordo com Ernani Torres Filho, esta transformação afetaria a atuação do BNDES em diversas frentes (TORRES FILHO, 2017, p. 8), afeta negativamente tanto a estrutura industrial, quanto o nível de investimento, de emprego e de renda do Brasil, prejudicando a atuação do banco de desenvolvimento como implementador de ações anticíclicas (TORRES FILHO, 2018, p. 21), Ao mesmo tempo que ocasiona perda de espaço e relevância da instituição frente aos agentes econômicos, devida a crescente competitividade de outros instrumentos financeiros.

Após quatro anos da introdução da TLP, é possível perceber que, mesmo com uma relativa redução da taxa de juros do BNDES, o banco se tornou menos competitivo e atrativo em relação aos outros bancos comerciais, uma vez que a taxa Selic – a qual define os custos de empréstimos da economia brasileira - sofreu uma queda nos últimos anos, como demonstrado na tabela ao lado. Dessa forma, as empresas têm acesso a créditos e financiamentos a custos mais baixos com bancos comerciais do que com o BNDES, diminuindo os desembolsos do banco de desenvolvimento nos últimos anos, como veremos adiante (GOMES, 2020).



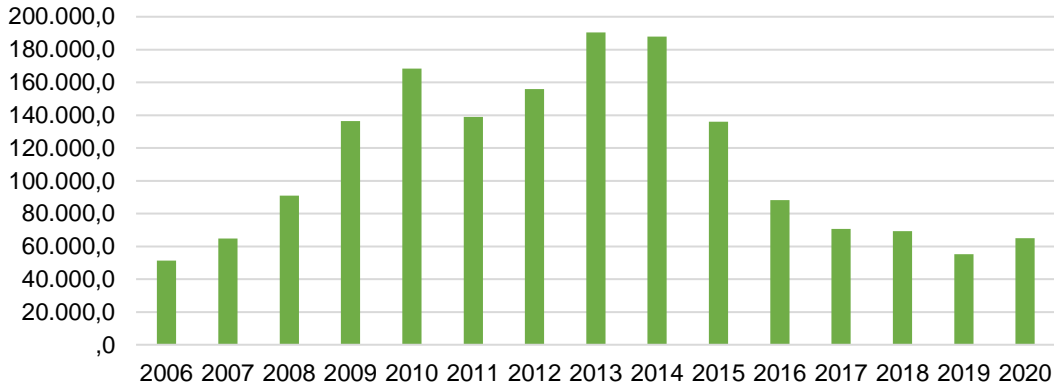
FONTE: Banco Central

Diversos atores se mobilizaram contra esta nova taxa de juros, uma vez que percebiam o benefício da antiga TJLP para a economia brasileira, cuja taxa não acompanha a inflação de forma automática, garantindo uma proteção ao investimento de longo prazo e evitando impactos negativos mais profundos para os tomadores de empréstimo.

Esta transformação demonstra a introdução de uma nova etapa de posição estratégica do BNDES. Se antes o banco concedia financiamentos variados a custos reduzidos para grandes empresas, agora a instituição se direciona para novas abordagens, como por exemplo a estratégia crowd-in, que visa atrair capital privado, fomentando financiamentos em setores e lacunas que não são endereçados pelo crédito do setor privado. Dessa forma, mesmo que o custo dos juros aumente em certa medida, esta ação pode representar um novo posicionamento do banco.

Nesse sentido, é possível observar uma redução em uma das principais métricas do banco: desembolsos realizados pelo BNDES. Como demonstrado no gráfico a seguir, é possível compreender que a partir de 2016, há uma drástica queda nos valores desembolsados pelo banco, que mantém tendência de redução até 2020, ano em que a pandemia de COVID-19 exigiu esforços governamentais para lidar com a crise sanitária e econômica.

Gráfico 1 – Desembolsos do BNDES por ano (em bilhões)

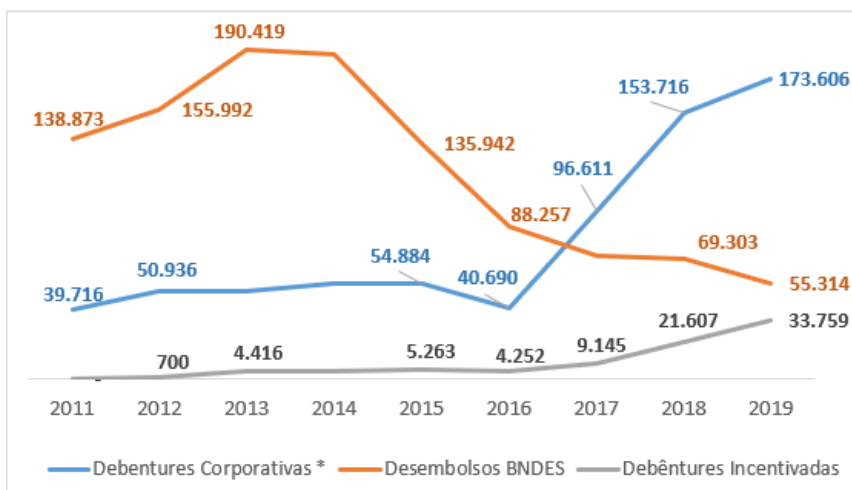


Fonte: BNDES (elaboração própria).

A queda no valor de desembolsos representa uma menor atuação do banco na economia brasileira, com uma diminuição dos gastos do governo e um aumento da margem de ação para o setor privado. A introdução da TLP como nova taxa de juros poderia estar relacionada com a queda do desembolso do banco, em certa medida, uma vez que a decisão transforma a taxa de juros do BNDES em um instrumento pró-cíclico, alinhando a taxa às dinâmicas do mercado, dificultando assim o enfrentamento de crises e esforços em direção à retomada do investimento. Por outro lado, essa queda dos desembolsos também poderia ter sido causada pelos impactos da crise econômica e política que o Brasil vem enfrentando na segunda década do século XXI, já que desde 2015 já há indícios desta tendência.

A TLP também ocasiona um aumento da competitividade entre o BNDES e os bancos comerciais. Nesse sentido, é possível perceber, no gráfico a seguir, um crescimento do mercado privado de crédito no Brasil, a partir das emissões de debêntures, ao mesmo tempo que há uma queda dos desembolsos do BNDES.

Gráfico 2 - Desembolsos do BNDES e emissão de debêntures corporativas e incentivadas (em R\$ milhões)



Fonte: Disponível em “BNDES: as debilidades da TLP” (TORRES, MACAHYBA, MARTINS, 2021).

No entanto, é importante destacar que “a maior parte dos recursos captados por meio das debêntures não precisa estar associada a novos investimentos produtivos, o inverso do que acontece com os desembolsos do BNDES” (TORRES, MACAHYBA, MARTINS, 2021). Como consequência, os agentes econômicos acabam optando por captar recursos financeiros nos bancos comerciais, os quais não condicionam o empréstimo a atividades produtivas a serem efetivadas com o recurso. Dessa forma, grande parcela das emissões das debêntures são destinadas à geração de “recursos mais baratos para as empresas atenderem suas necessidades de giro ou para liquidarem empréstimos antigos mais caros” (TORRES, MACAHYBA, MARTINS, 2021). Isto traz repercussões desafiadoras para o cenário produtivo brasileiro, com o encolhimento das atividades do banco de desenvolvimento brasileiro e um aumento do valor do crédito.

Este processo de retração das operações do BNDES e aumento do mercado de debêntures, apesar de terem sido provocados pelos efeitos da introdução da TLP durante o Governo Temer, também devem ser atribuídos a outros fatores. Tanto a queda na demanda de crédito associada ao indicador de Formação Bruta de Capital Fixo que demonstrou uma diminuição na taxa de investimento da economia, quanto decisões na política econômica do governo Dilma a partir de 2015, com o fim dos subsídios em programas como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), são considerados fatores relevantes. Dessa forma, “a introdução da TLP em 2018, ao aumentar o custo dos recursos do BNDES, veio apenas reforçar uma tendência, que já estava em curso, de encolhimento da instituição (TORRES, MACAHYBA, MARTINS, 2021).

Além de um esforço marcado pela busca de utilizar moedas locais dos países-membros nos financiamentos, uma novidade na atuação do NBD é o uso de Country Systems, ou seja, os projetos de financiamento devem ser elaborados e implementados de acordo com a legislação e os procedimentos do país onde a proposta será executada (HUMPHREY, 2016, p. 05).

2.2 Privatizações e Desestatizações

Com a chegada do Governo Bolsonaro, em 2019, é possível identificar no BNDES um foco maior nas privatizações e no processo de desestatização, setor que já havia ganhado relevância durante o Governo Temer. Após a renúncia de Joaquim Levy, presidente do BNDES no início do governo Bolsonaro, Gustavo Montezano assume a presidência do banco em junho de 2019 e introduz medidas em direção às desestatizações, sua experiência com o setor financeiro e com atividades direcionadas à Desestatização é refletida em sua gestão (MORAES, 2020; LUCCHESI, FREITAS JR, 2019). Em seu discurso de posse, já anuncia o plano de transformar o banco em um “prestador de serviços” financeiros ao Estado brasileiro. Seu objetivo é posicionar o BNDES como uma instituição que irá assessorar governos a estabelecerem privatizações, concessões ao setor privado e reestruturações financeiras (NEDER, 2019).

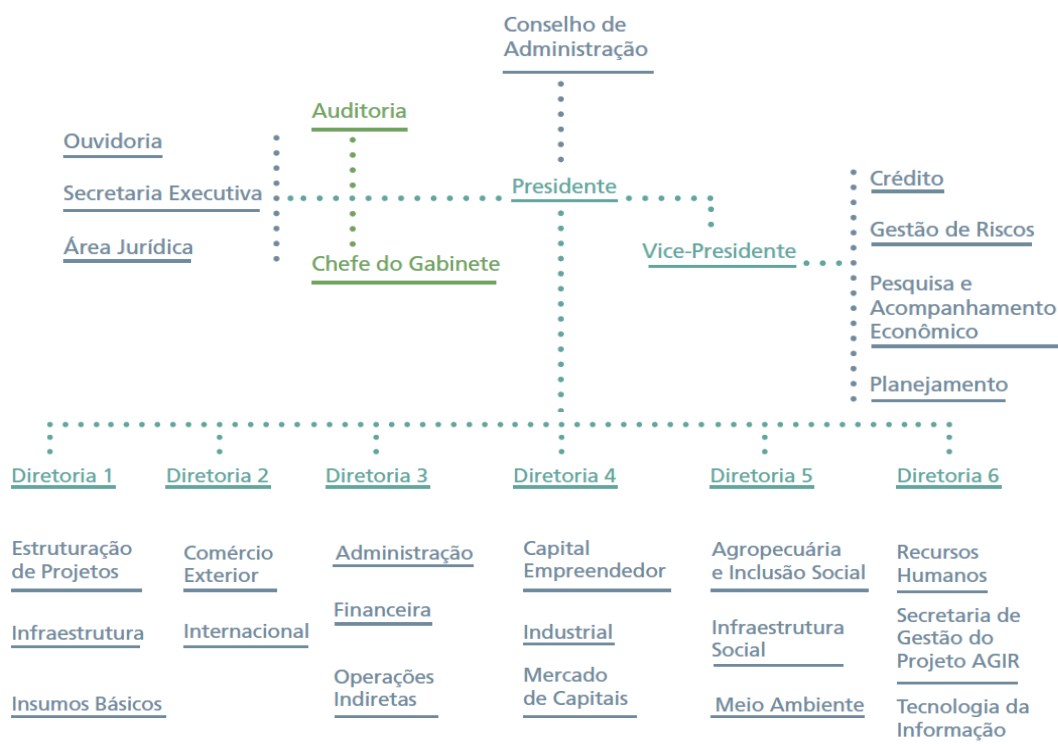
A posição do BNDES, segundo esta perspectiva, está mais conectada ao papel de estruturador de soluções, atraindo capital privado e fomentando áreas que não são endereçadas com crédito direto, criando assim condições para aumentar o investimento do mercado em determinadas esferas de atuação. Com isso, há uma redução da necessidade de utilização de recursos públicos, por um lado, porém, pode haver também uma falta de coordenação estratégica para o alcance destas lacunas.

(4) No momento em que Montezano foi convidado para ser presidente do BNDES, ele era Secretário Especial Adjunto de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

A partir desta mudanças, a estrutura de gestão do BNDES passa também por reestruturações com a criação de novas diretorias especializadas.

Na figura a seguir, é possível compreender os assuntos prioritários para o BNDES durante os anos 2000, governo do presidente Lula. Naquele momento, as pautas das diretorias da instituição giravam em torno das questões de infraestrutura, inserção internacional, aspectos financeiros e institucionais e temas específicos, como Agropecuária, Inclusão Social e Meio Ambiente.

Figura 1 – Organograma do BNDES em 2011



Fonte: Relatório Anual do BNDES de 2011.

A partir da avaliação comparativa do organograma de 2011 com a figura abaixo, que apresenta as diretorias atuais da instituição, é possível indicar profundas alterações nos assuntos prioritários da instituição em dez anos. Atualmente, as pautas das diretorias giram em torno de questões operacionais e internas da instituição, aspectos direcionados às finanças, a riscos e ao mercado de capitais, além de manter prioridades em relação à créditos socioambientais e infraestrutura. Porém, uma questão que merece destaque é o estabelecimento da diretoria de Concessões e Privatizações, que atualmente lidera os processos relacionados à desestatização e aos desinvestimentos, demonstrando a prioridade desta pauta para a presidência atual do banco.

Figura 2 – Organograma do BNDES em 2021



Fonte: Site do BNDES em 2021.

→ As mudanças na estrutura interna do BNDES retratam transformações nas prioridades da instituição ao longo dos anos, que também podem ser percebidas nos documentos estratégicos do banco. A figura a seguir apresenta um conjunto de temas extraídos do Plano Trienal de 2015-2017 e do Plano Trienal de 2020-2022.

A comparação entre os planos trienais retrata conclusões semelhantes da análise da estrutura interna, demonstrando uma continuidade de relevância dos temas relacionados à infraestrutura, sustentabilidade e melhorias sociais. Ao mesmo tempo que aponta a maior relevância da gestão atual direcionada aos processos de desestatização e questões relacionadas ao mercado de capitais.

Figura 3 – Quadro Comparativo das Prioridades do BNDES no últimos anos

PLANO TRIENAL (2015-2017)	Investimentos em Infraestrutura	Inclusão Social e Produtiva	Desenvolvimento Regional
	Inovação e Sustentabilidade	Estruturação de Projetos	Fortalecimento da Competitividade
PLANO TRIENAL (2020-2022)	Infraestrutura e Estrutura Produtiva	Educação, Saúde e Segurança	Modernização do Estado e Desenvolvimento Territorial
	Inovação e Sustentabilidade	Mercado de Crédito e Capitais	Serviços e Desestatização

Fonte: Elaboração Própria (Plano Trienal 2015-2017; Plano Trienal 2020-2022).

2.3 Devolução antecipada ao Tesouro Nacional e Desinvestimentos na BNDESPAR

Outra transformação aprofundada durante o Governo Bolsonaro, mas que teve início no Governo Temer, e apontada como uma das metas do presidente do BNDES, é a devolução antecipada do pagamento de empréstimos da União para o Tesouro Nacional⁵, com o principal objetivo de reduzir a dívida pública do Brasil, atendendo aos pedidos do Ministério da Economia (BNDES, 2019; CORREIO BRAZILIENSE, 2019).

Além disso, é possível perceber um processo de crescente liquidação da carteira da BNDESPAR, através das ações de desinvestimentos no mercado de capitais. Desde a fundação desta subsidiária do banco, no final da década de 1980, a BNDESPAR⁶ realiza a compra e a administração de ações e debêntures de diversas empresas no mercado de capitais, a fim de desenvolver tanto a iniciativa privada, quanto o mercado de capitais no Brasil. Porém, com a nova gestão executiva da instituição, se acelera a venda das ações e debêntures sob posse do banco. Segundo Arthur Koblitz, presidente da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES), esta liquidação da carteira está ocorrendo de forma apressada, a fim de alcançar o prazo de desinvestir mais de R\$ 90 milhões até 2022, mesmo em momento de crise pandêmica, gerando prejuízos, em muitos casos, com a venda de ativos com expectativas de valorização (KOBLOITZ, 2021).

Essas transformações apontam para um direcionamento do banco, para políticas que objetivam uma menor utilização de recursos públicos do Estado em atividades financeiras da instituição. Koblitz compreende estas medidas em direção a descapitalização da instituição como uma ação política para aumentar o poder orçamentário do Poder Executivo em 2022, às custas da capacidade financeira de atuação anticíclica do BNDES (KOBLOITZ, 2021)⁷.

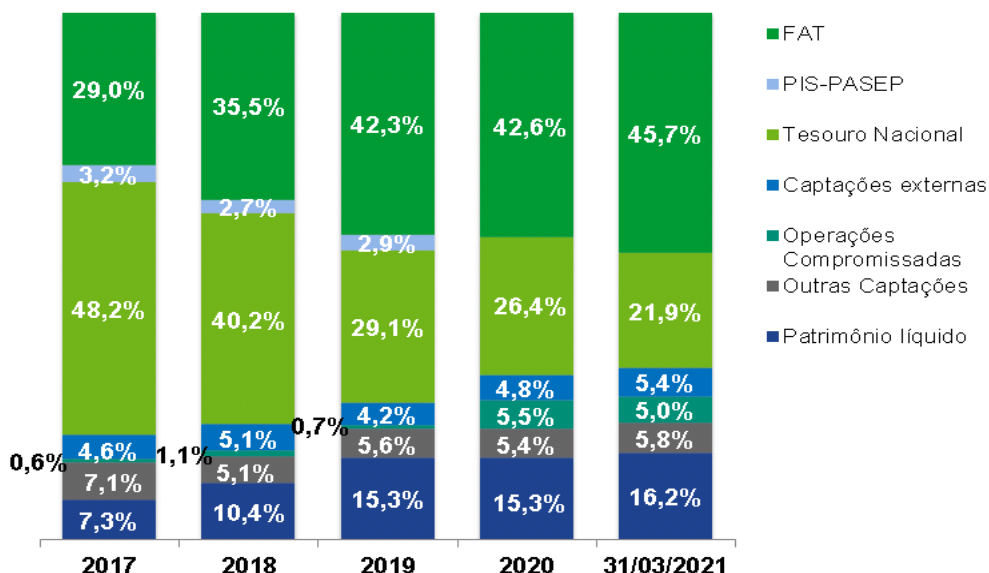
Conforme o gráfico a seguir, é possível compreender a redução do Tesouro Nacional como fonte de recursos do BNDES, enquanto há um aumento dos recursos oriundos do patrimônio líquido da instituição e oriundos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Comparado aos anos anteriores, é importante destacar que o Tesouro Nacional compunha a maior fonte de recursos desde 2009, e logo após vinha os recursos do FAT (MENEZES, AMORIM, 2017, p. 8).

(5) Devolução, por parte do BNDES, dos aportes realizados pelo Tesouro Nacional entre 2009 e 2014 para o banco.

(6) O BNDES atua no mercado de capitais através da subsidiária BNDES Participações S.A., mais conhecida como BNDESPAR, realizando investimentos e suporte a empresas em diversos estágios de crescimento.

(7) O presidente da AFBNDES compreende que as medidas que compõem a agenda de desmobilização e desmonte do banco são recebidas com resistência dos técnicos que trabalham na instituição, os quais veem apresentando objeções técnicas a esta agenda, considerada por eles como contrária à instituição onde trabalham e acabam por colocar em risco a sustentabilidade do banco a longo prazo (KOBLOITZ, 2021).

Gráfico 3 – Fontes de Recursos do BNDES

Fonte: BNDES⁸.

O aumento do Patrimônio Líquido também pode estar relacionado com o maior empenho da gestão atual em dinamizar os processos de privatizações e desestatizações. Segundo informações divulgadas pelo BNDES, de 2010 a 2015, ocorreu a privatização do IRB-Brasil Resseguros S.A. em 2013. A partir de 2016, aconteceram mais dois processos de privatizações: da CELG D, concessionária de distribuição e comercialização de energia, arrematada pela italiana Enel Brasil em 2016; e das seis Distribuidoras da Eletrobras (AMAZONAS ENERGIA, BOA VISTA, ELETROACRE, CEAL, CEPISA e CERON) em 2018 (BNDES, 2021).

Nesse sentido, é importante mencionar as pressões realizadas pelo governo Bolsonaro, avançando os processos de privatização da Eletrobras e de desestatização do Setor Postal, afetando os Correios. A medida provisória que dá início ao processo de privatização da Eletrobras foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em julho de 2021 (SANT'ANA, BARBIÉRI, 2021). Por outro lado, após o decreto presidencial incluir esta companhia no Programa Nacional de Desestatização (PND) em abril de 2021, o processo de privatização dos Correios ainda está sendo avaliado pela Câmara, mas é prioridade para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (OLIVEIRA, 2021).

Os esforços em direção aos desinvestimentos com a liquidação dos ativos do BNDESPAR, além da crescente relevância das desestatizações e privatizações compreendidas como objetivo estratégico pela equipe executiva atual, refletem o aumento do patrimônio líquido do banco. Porém, a que custo?

3. Efeitos das transformações do BNDES

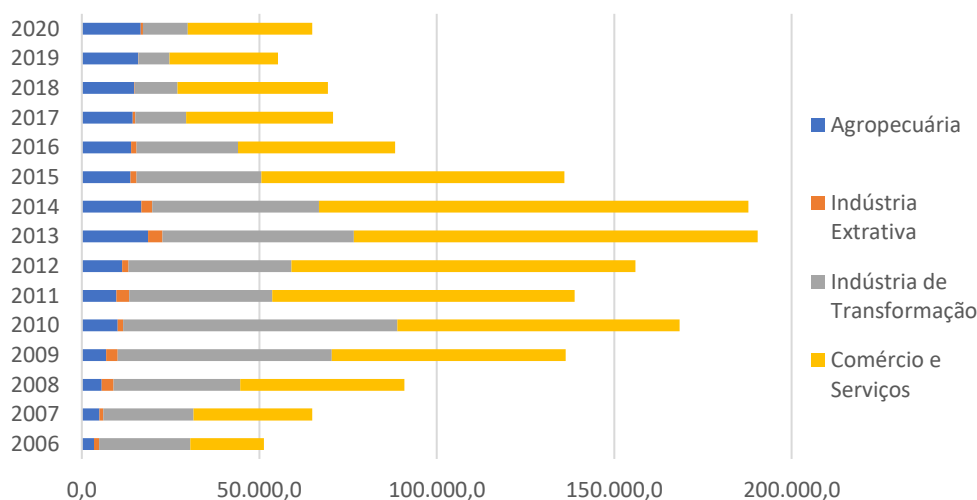
No documento do Plano Trienal do BNDES (2020-2022) é destacado o principal foco da instituição em ser “um

(8) Informação de fácil acesso, presente no site de forma mais acessível e atualizada, enquanto outros dados foram mais difíceis de serem explorados, disponíveis apenas em planilhas a serem filtradas.

banco de impacto, um banco social e um banco sustentável” (BNDES, 2020, p. 10), com a missão de “viabilizar soluções que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável da nação brasileira” (Ibid., p. 27). Mas até que ponto as transformações em curso no BNDES permitem ou limitam a atuação da instituição em alcançar estes objetivos? Para que seja possível avaliar o impacto das transformações na atuação da instituição, é importante compreender algumas variáveis que apresentarão a performance do banco em diversos aspectos.

Com a expressiva queda dos desembolsos realizados pelo BNDES, torna-se necessário avaliar as áreas que mais ganharam relevância no banco. Dessa forma, investigar os direcionamentos realizados pelo BNDES por setores permite entender a orientação dos desembolsos nos últimos anos.

Gráfico 4 – Desembolsos realizados pelo BNDES divididos por setor



Fonte: BNDES (elaboração própria).

No gráfico acima, é possível compreender que apesar da redução de desembolsos realizados pelo BNDES, o setor da Agropecuária⁹ manteve espaço e relevância, apresentando um relativo aumento a partir de 2016. Nesse sentido, é importante destacar que a posição do Brasil como país agroexportador acaba por refletir em maiores financiamentos para este setor.

Por outro lado, o setor da Indústria de Transformação¹⁰ obteve relevante queda no mesmo período, demonstrando assim uma maior tendência à desindustrialização e a perda de incentivo ao desenvolvimento de inovações. Em relação ao setor da Indústria Extrativista, houve uma queda expressiva a partir de 2015, porém em 2020 houve um relativo aumento, mesmo que baixo. Além disso, é importante destacar a manutenção da grande parcela de projetos do setor de Comércio e Serviços ao longo de todo o período.

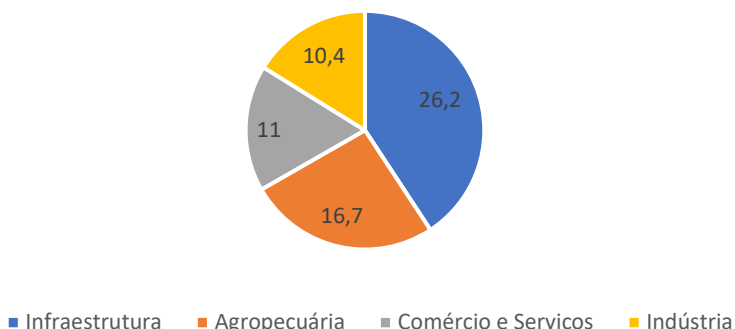
A partir dos direcionamentos do BNDES, avaliados por setor, é possível interpretar que a queda dos desembolsos do banco afetou em maior proporção os projetos voltados à Indústria de Transformação, setor que, aliado à inovação, pode ser compreendido como motor do desenvolvimento contemporâneo. Além disso, mesmo com a queda dos desembolsos em geral, o aumento relativo do setor da Agropecuária pode representar um risco à sustentabilidade.

(9) Setor que representa um conjunto de atividades primárias, associadas à agricultura e à criação de animais, caracterizados pela produção de baixo valor agregado.

(10) Setor que representa os sistemas de produção que transformam um elemento em outro, sendo caracterizado pela produção de alto valor agregado.

Esta tendência nos últimos anos também está expressa nos valores desembolsados pelo BNDES em 2021. No gráfico abaixo é possível compreender a distribuição atual dos valores dos financiamentos do banco, em que o setor de infraestrutura lidera com mais de R\$ 26 bilhões, seguido do setor de agropecuária que atingiu R\$ 16,7 bilhões.

GRÁFICO 5 - Setores por Desembolsos (R\$ bilhões) - 2021



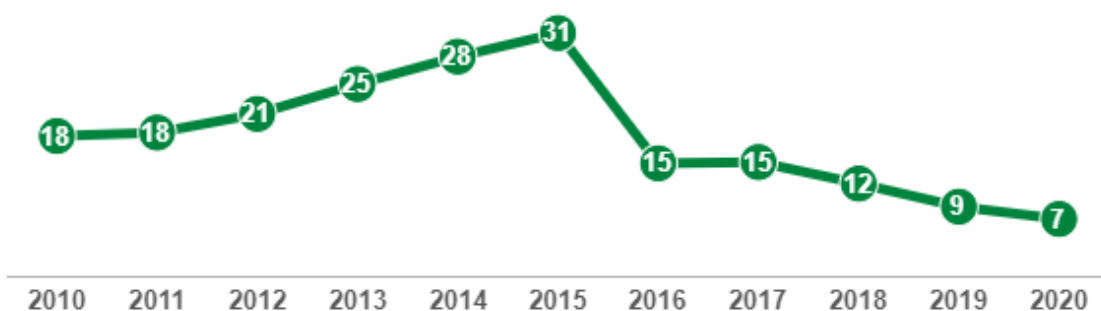
Fonte: Elaboração própria, com base em BNDES, 2021.

Partindo dos dados elaborados pelo banco, é possível avaliar também o direcionamento das operações financeiras direcionadas para dois setores: (a) economia verde, e (b) desenvolvimento social.

Em relação aos desembolsos realizados a projetos de economia verde¹¹, é possível avaliar uma redução dos financiamentos a partir de 2016, representando apenas 11,6% dos, aproximadamente, R\$ 60 bilhões desembolsados em 2020, como demonstra o gráfico a seguir:

Financiamentos direcionados a: Energias renováveis e eficiência energética; hidrelétricas acima de 30MW; Transporte público de passageiros; Transporte de carga; Gestão da água e esgoto; Gestão de resíduos sólidos; Estímulo ao reflorestamento; Melhorias agrícolas; Adaptação a mudanças climáticas e gestão do risco de desastres.

Gráfico 9: Desembolsos em Economia Verde, em R\$ bilhões



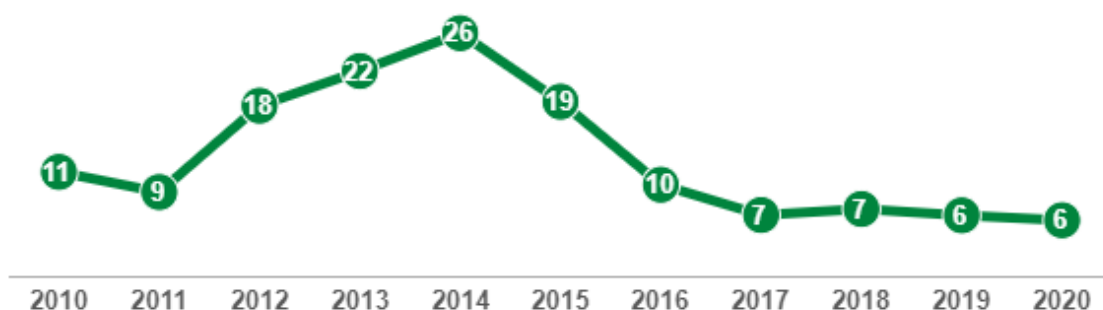
Fonte: BNDES.

(11) Financiamentos direcionados a: Energias renováveis e eficiência energética; hidrelétricas acima de 30MW; Transporte público de passageiros; Transporte de carga; Gestão da água e esgoto; Gestão de resíduos sólidos; Estímulo ao reflorestamento; Melhorias agrícolas; Adaptação a mudanças climáticas e gestão do risco de desastres.

Já em relação aos desembolsos direcionados ao Desenvolvimento Social, também houve uma redução dos recursos direcionados para esta área, a partir de 2016, constituindo apenas 10% dos R\$ 60 bilhões desembolsados em 2020:

Constituídos por investimentos em: Saúde; Educação; Inclusão produtiva; Gestão pública; Desenvolvimento urbano e regional; e Responsabilidade social.

Gráfico 10: Desembolsos em Desenvolvimento Social, em R\$ bilhões



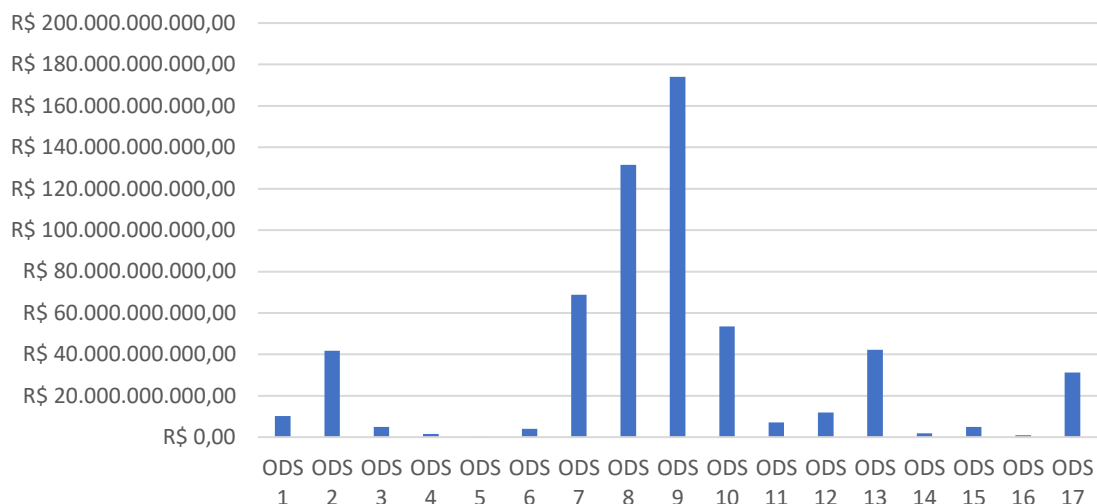
Fonte: BNDES.

Uma outra maneira de avaliar a performance do BNDES por áreas de atuação é através das classificações dos projetos de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O banco lançou uma plataforma que classifica cada um dos projetos do BNDES, dividindo-os com base nos 17 ODS. A partir da extração dos dados, foi possível elaborar o gráfico a seguir, que aponta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que possuem maior relevância. Dentre eles, os que mais se destacam são, respectivamente, o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 7 (Energia Limpa e Acessível).

Comparando as metas e os objetivos como um todo, pode-se averiguar que os dois primeiros ODS possuem um caráter mais produtivo, voltado para uma conceituação de desenvolvimento mais restrita, de modo que os objetivos com caráter mais social, que tratam sobre saúde, educação, igualdade de gênero (ODS 3, 4 e 5) são menos valorizados pela instituição, mesmo sendo também considerados aspectos relevantes para o desenvolvimento.

(12) Constituídos por investimentos em: Saúde; Educação; Inclusão produtiva; Gestão pública; Desenvolvimento urbano e regional; e Responsabilidade social.

Gráfico 9 – Projetos do BNDES distribuídos por ODS (entre 2016 a 2021)

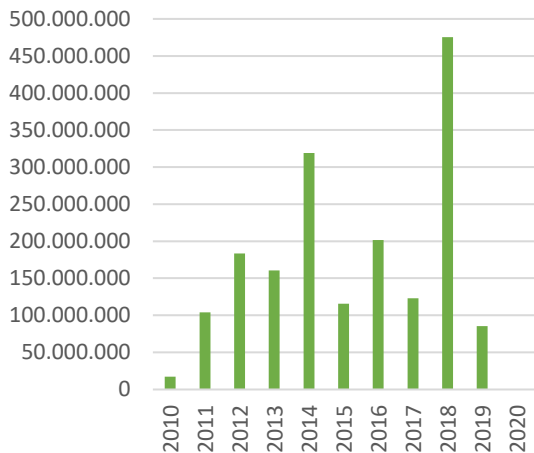


Fonte: BNDES (elaboração própria)

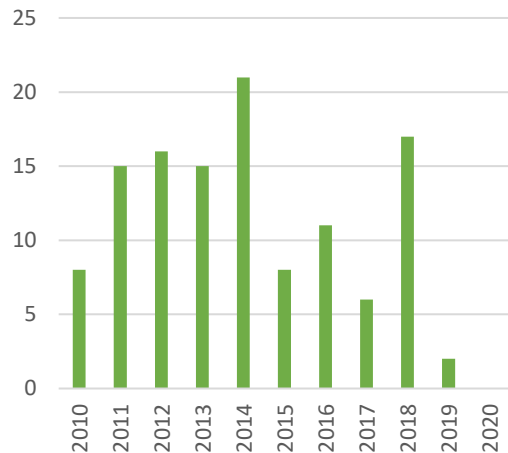
Ademais, um dos instrumentos, sob gestão do BNDES, direcionados à sustentabilidade é o Fundo Amazônia. Os gráficos abaixo apresentam os desembolsos realizados dentro do escopo deste instrumento.

Gráficos 5 e 6 – Fundo Amazônia em valores dos desembolsos e número de projeto

Desembolsos do Fundo Amazônia



Número de Projetos do Fundo Amazônia



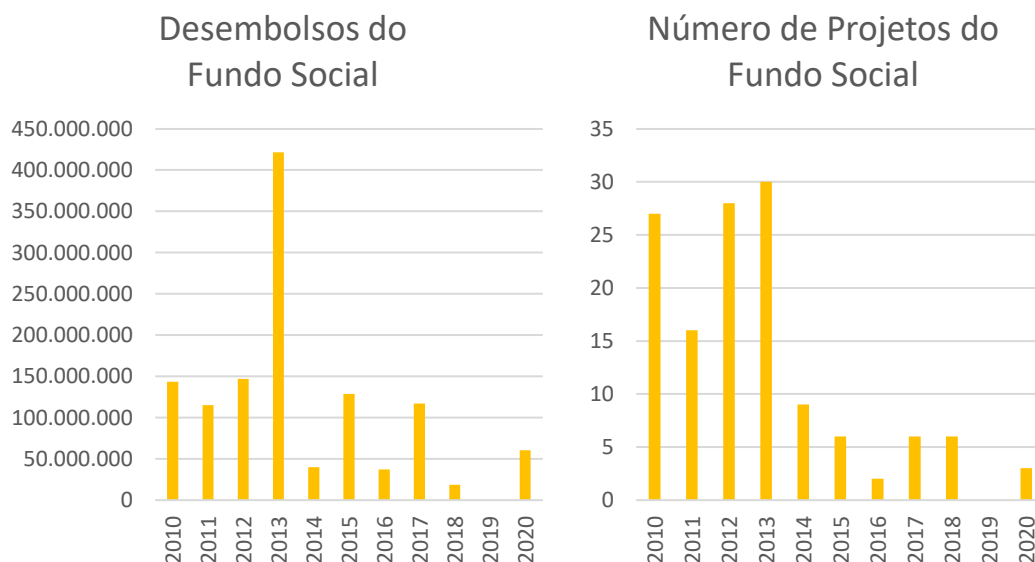
Fonte: BNDES (elaboração própria).

Com base nos dados, é possível compreender uma expressiva queda, nos anos de 2019 e 2020, que representam o período do Governo Bolsonaro. Uma das principais causas que podem ser atribuídas a esta queda está relacionada aos bloqueios de repasses de verba, tanto da Alemanha quanto da Noruega, para o Fundo Amazônia em 2019. Os dois principais países contribuintes do fundo alegaram que o governo brasileiro não cumpriu o acordo firmado e, por isso, os países bloquearam mais de 280 milhões de reais destinados ao Fundo Amazônia, afetando a realização dos desembolsos direcionados à preservação das áreas naturais (NEGRÃO, 2019).

O bloqueio foi realizado como uma resposta à decisão do Ministério do Meio Ambiente brasileiro de “alterar o funcionamento do fundo e extinguir o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) - que definia os critérios para o uso do dinheiro arrecadado” (SENRA, SHALDERS, 2019). Com esta decisão de extinguir o comitê, que permitia que diversas organizações não governamentais participassem do processo decisório, o governo provocou uma centralização das decisões sobre os gastos do fundo e o teor dos projetos financiados (SENRA, SHALDERS, 2019).

Outro instrumento gerenciado pelo BNDES é o Fundo Social, criado em 1997 com o objetivo de estabelecer um mecanismo para conceder apoio não reembolsável a projetos de caráter social. A partir de uma análise dos desembolsos deste fundo ao longo dos anos, como demonstrado nos gráficos abaixo, é possível destacar um processo de queda dos projetos aprovados, desde 2014, com maior aprofundamento desta tendência em 2019, quando não houve nenhum projeto aprovado pelo fundo.

Gráficos 7 e 8 – Fundo Social em valores dos desembolsos e número de projetos



Fonte: BNDES (elaboração própria).

Além destes valores desembolsados, é importante também avaliar as mudanças na abordagem socioambiental do BNDES, a fim de entender quais áreas são mais prioritárias e quais transformações ocorreram nos últimos anos, tanto nas políticas socioambientais, mas também nas linhas de financiamento e nas iniciativas de crédito.

3.1 Política Socioambiental do BNDES

Considerando estes aspectos socioambientais na análise da atuação e das transformações do BNDES, torna-se importante também avaliar as possíveis mudanças ocorridas na Política Socioambiental do banco, a fim de investigar se as transformações institucionais em geral também afetaram sua abordagem socioambiental.

Analisando, por um lado, as políticas, as diretrizes e os critérios socioambientais do BNDES, é importante destacar os esforços institucionais em direção à sustentabilidade remetem ao ano de 1989, quando foi criada uma estrutura organizacional dedicada ao Meio Ambiente no BNDES. Dez anos depois, a primeira Política Ambiental do banco foi publicada. Já em 2010 foi instituída a Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA) do banco, que vem sendo atualizada e revisada nos últimos anos. Em 2014, foi incluído um Plano de Implementação da PRSA, com a inclusão de iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão socioambiental.

Já em 2019, mais uma atualização foi realizada, visando estabelecer uma definição clara da política para os integrantes do banco, além de instituir a incorporação de elementos da PRSA em outras políticas e práticas da instituição. Com base em uma consulta pública realizada pelo banco, houve a incorporação de sugestões e pressões da sociedade civil em alguns pontos: (1) houve a definição de quem compunha as partes interessadas, incluindo tanto empregados e clientes do banco, como também as comunidades impactadas pela atuação da instituição; (2) o banco também incluiu as questões envolvendo a agenda climática na política; e (3) estabeleceu como compromisso que sempre que ocorrer revisões da PRSA, haverá consulta pública com a sociedade (TEIXEIRA et al, 2020, p. 16).

O setor responsável pela gestão e implementação desta política na estrutura do banco é a Área de Meio Ambiente, que há pouco tempo não só desenvolvia as políticas e avaliava os riscos, mas também operava os fundos e as linhas de financiamento sustentáveis, possuindo muitas responsabilidades. Com a nova presidência do BNDES, esta área foi dividida, separando as áreas de produtos da área de backoffice, delimitando as responsabilidades dos respectivos setores.

No entanto, certos aspectos do quadro socioambiental do BNDES ainda não avançaram. Em relação às Políticas e Diretrizes Setoriais, que regulam setores específicos de financiamento, pararam no tempo, com a publicação apenas da política sobre mineração, pecuária bovina e para o setor de açúcar e álcool.

No entanto, certos aspectos do quadro socioambiental do BNDES ainda não avançaram. Em relação às Políticas e Diretrizes Setoriais, que regulam setores específicos de financiamento, pararam no tempo, com a publicação apenas da política sobre a Mineração. Mas nenhum outro setor foi contemplado com este mecanismo. Além disso, visto a grande relevância das Parcerias Público-Privadas e das Concessões para a atual presidência do banco, seria importante uma política socioambiental que orientasse a estruturação destes processos. Outra questão que

questão que merece destaque é a baixa transparência do banco, se comparado aos bancos multilaterais, uma vez que não são divulgadas as análises de risco das operações aprovadas e que estão sob avaliação (TEIXEIRA, 2021).

Nesse sentido, cabe-se destacar que o BNDES é o único banco, com maiores carteiras de crédito corporativo no Brasil, que não adota os Princípios do Equador. Esses princípios foram assinados em 2003 por diversos banco ao redor do mundo, “comprometendo-se a adotar voluntariamente os Padrões de Desempenho do IFC em financiamento de projetos” (TEIXEIRA, PIMENTEL, 2016, p. 17-18), em que se destacam: análise e avaliação socioambiental, engajamento com as partes interessadas, mecanismos de reclamação, monitoramento e transparência.

Além destas limitações, cabe destacar que o processo de flexibilização das legislações ambientais brasileiras pode afetar a gestão socioambiental do BNDES, já que o banco utiliza as documentações e os licenciamentos realizados pelo governo. Com a aprovação pela Câmara dos Deputados, em maio de 2021, do marco legal do licenciamento (PL 3729/2004), que aguarda aprovação no Senado, a flexibilização dos critérios socioambientais pode gerar maiores custos ao BNDES, cuja atuação terá que ser ampliada para compensar as lacunas na avaliação e mitigação de potenciais riscos.

Por outro lado, o BNDES vem estabelecendo iniciativas e linhas de financiamento direcionadas às questões socioambientais. Diversas evidências demonstram o esforço da instituição em ampliar os esforços sustentáveis. Um dos exemplos desta atuação foi a decisão do banco de abandonar as linhas de crédito direcionadas a usinas a carvão, em agosto de 2021. Nesse sentido, a instituição demonstra a intenção de buscar maior investimento em energias renováveis e reduzir o financiamento de infraestruturas que contribuam para emissão de gás carbono. O objetivo desta ação é fomentar a economia de baixo carbono, buscando avançar na pauta da transição energética e se aproximar dos objetivos climáticos do Acordo de Paris (CARVALHO, 2021; CICLOVIVO, 2021).

Além disso, com a introdução da TLP, as taxas de juros mais altas acabaram possibilitando uma oportunidade para o BNDES implementar estratégias de incentivo às empresas que possuem boas práticas de ASG (Ambiental, Social e Governança), flexibilizando assim a taxa de juros para as corporações mais sustentáveis. Dessa forma, o banco estabelece metas de sustentabilidade, a partir do conceito de *linked-loan*, “ofertando condições financeiras mais atrativas, para aqueles clientes que comprovem a melhoria de indicadores durante a vigência da operação, de forma a estimular a adoção de práticas empresariais mais eficientes e sustentáveis” (BNDES, 2021).

No entanto, as políticas e práticas realizadas pelo banco ainda não são suficientes. O BNDES vem sendo criticado nos últimos anos por aprovar projetos que são questionados não só por violações dos direitos humanos aos indígenas, mas também por riscos ambientais, demonstrando uma certa impotência de sua política socioambiental para garantir condições desejadas (GARZON et al, 2015, p. 122).

Além disso, de acordo com relatório de avaliação de políticas socioambientais das instituições financeiras no Brasil, o BNDES - apesar de se posicionar como primeiro colocado no ranking devido a suas peculiaridades em relação aos bancos comerciais – apresenta notas bem baixas nos setores relacionados ao meio ambiente, como geração de energia e elementos associados à mudança climática, e também em questões sociais, como igualdade

de gênero (GBR, 2021, p. 56). O relatório também destaca como um dos pontos negativos o baixo diálogo do BNDES com a sociedade civil, principalmente na esfera socioambiental.

Além disso, de acordo com relatório de avaliação de políticas socioambientais das instituições financeiras no Brasil, o BNDES - apesar de se posicionar como primeiro colocado no ranking devido a suas peculiaridades em relação aos bancos comerciais – apresenta notas bem baixas nos setores relacionados ao meio ambiente, como geração de energia e elementos associados à mudança climática, e também em questões sociais, como igualdade de gênero (GBR, 2021, p. 56). O relatório também destaca como um dos pontos negativos o baixo diálogo do BNDES com a sociedade civil, principalmente na esfera socioambiental.

Após anos de conquistas e pressões da sociedade civil, para o estabelecimento de um canal de comunicação com os executivos do banco, o Fórum de Diálogo do BNDES com a Sociedade Civil, que ocorreu em 2014 e em 2015, mas nos últimos anos acabou não acontecendo, por questões relativas ao cenário político e modificações na diretoria do banco (VIEIRA, GIMÉNEZ, 2017, p. 236). A área de Relacionamento Institucional, responsável por esta comunicação, está atualmente no gabinete da presidência do banco, provocando uma maior distância com os grupos sociais.

O diálogo e os mecanismos de comunicação com grupos que representam as partes envolvidas nos projetos de financiamento – como por exemplo os representantes dos atingidos por impactos socioambientais de projetos realizados – não estão sendo priorizados. O canal de ouvidoria, que poderia funcionar como um instrumento disponível para que estes grupos manifestassem problemas socioambientais ocorridos, não foi desenhado para esta função, dificultando a interlocução do banco com a sociedade.

Nesse sentido, é importante mencionar a apresentação de uma Carta Aberta ao BNDES, assinada por cinquenta organizações da sociedade civil em agosto de 2020, demandando a liberação de recursos de fundos voltados para a área socioambiental, além de solicitarem tanto o bloqueio de projetos de financiamento em locais com desmatamento ilegal, quanto uma maior fiscalização de projetos que podem causar impacto socioambiental (INESC, 2020). No documento, também é reforçada a crítica da falta de comunicação e transparência da instituição com a sociedade civil, tanto na construção, mas também na supervisão dos projetos.

4. Considerações finais

As transformações que ocorreram no BNDES nos últimos anos, durante os governos Temer e Bolsonaro, representam um aprofundamento da agenda liberal, implementadas nas políticas econômicas dos governos e refletida na gestão da instituição. Como foi possível compreender, estas transformações reduziram os recursos do banco provocando expressiva queda dos desembolsos, seja pela introdução da TLP, pelo direcionamento à desestatização ou pela descapitalização do banco em diversos aspectos.

Mesmo com essas mudanças, o BNDES registra lucro líquido recorde em 2021, com R\$ 34,1 bilhões, e passa a ter a maior carteira de concessões de infraestrutura do mundo. Isto está relacionado à venda de participações societárias e debêntures, além de registrar maiores receitas com dividendos (GAZETA DO POVO, 2022). Por outro lado, apesar do lucro líquido e um aumento do patrimônio do banco, as mudanças em curso na instituição podem

afetar sua atuação em longo prazo, podendo deteriorar a realização de objetivos estratégicos, sociais e sustentáveis.

Torna-se relevante, dessa forma, avaliar os efeitos dessas transformações no longo prazo. Com base nas análises das informações sobre a atuação do BNDES nos últimos anos, é importante indagar: de que forma a instituição irá implementar o objetivo de se tornar um banco sustentável e social, se os principais mecanismos direcionados a estas áreas estão perdendo espaço e relevância, exceto em casos específicos?

Este cenário aponta para diversas contradições. Ao mesmo tempo que o banco elabora metas, objetivos e planos estratégicos visando implementar as políticas sociais e sustentáveis, o que é percebido na prática, é o encolhimento dos recursos do BNDES, ocasionados pelas transformações internas, afetando os desembolsos em áreas tão prioritárias e deteriorando a performance da instituição como um Banco de Desenvolvimento.

5. Referências

BANCO CENTRAL. Taxa Selic. 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>>

BARBIERI, Criatine. BNDES passa de criador de 'campeões nacionais' a 'banco de investimentos'. Terra, 11 jun, 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/bndes-passa-de-criador-de-campeoes-nacionais-a-banco-de-investimentos,5f2c67791fb430c2557217695be7cfdcckk38v2m.html>>

BNDES. BNDES aprova devolução antecipada de mais R\$30 bi. Institucional, 2019. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-aprova-devolucao-antecipada-de-mais-30-bi>>

BNDES. Desestatização. Site do BNDES, 2021. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>>

BNDES. Plano Trienal (2020-2022). Rio de Janeiro, dezembro de 2019.

BNDES. Organização e Desempenho (Apresentação). Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Serviços de Infraestrutura; SENADO FEDERAL, 2015. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/6676/2/Luciano%20Coutinho_BNDES%20%20Organização%20e%20Desempenho.pdf>

BNDES. Relatório Anual 2011. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2011.

BNDES. Resultados Anuais do BNDES em 2021. Apresentação, 25 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/14d33c50-2e90-44a8-8c01cf24a87f00b7/20220223_Apresentação+Resultados_4T21_final.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nYN7dC1>

BNDES. Quem é quem – Organograma, 2021. Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/quem-e-quem/quem-e-quem/

BNDES. Desembolsos em Economia Verde e Desenvolvimento Social, 2021. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/desembolsos-em-economia-verde-e-desenvolvimento-social/desembolsos-economia-verde-desenvolvimento-social/>>

CORREIO BRAZILIENSE. Diretoria do BNDES aprova devolução antecipada de R\$ 30 bi ao Tesouro, 2019. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/07/internas_economia,753571/diretoria-do-bndes-aprova-devolucao-antecipada-de-r-30-bi-ao-tesouro.shtml)

[/economia/2019/05/07/internas_economia,753571/diretoria-do-bndes-aprova-devolucao-antecipada-de-r-30-bi-ao-tesouro.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/07/internas_economia,753571/diretoria-do-bndes-aprova-devolucao-antecipada-de-r-30-bi-ao-tesouro.shtml)>

GARZON, Biviany Rojas; MILLIKAN, Brent; AMORIM, Leonardo; ZANATTA, Sílvia Santana. A Política de Responsabilidade Socioambiental do BNDES: situação atual e necessidade de revisão. In: CARDOSO, Alessandra; BORGES, Caio de Souza; RODRIGUEZ, Maria Elena. Política Socioambiental do BNDES: Presente e Futuro. INESC, 1ª edição – Brasília, 2015.

GAZETA DO POVO. BNDES registra lucro líquido recorde de R\$ 34,1 bilhões em 2021. Gazeta do Povo, 25/02/2022. Disponível em: <[https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/bnd](https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/bndes-registra-lucro-liquido-recorde-de-r-341-bilhoes-em-2021/)

[es-registra-lucro-liquido-recorde-de-r-341-bilhoes-em-2021/](https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/bndes-registra-lucro-liquido-recorde-de-r-341-bilhoes-em-2021/)>

GOMES, Freitas. O BNDES antes e depois da Taxa de Longo Prazo, escreve Freitas Gomes. Poder 360, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opiniao/economia/o-bndes-antes-e-depois-da-taxa-de-longo-prazo-escreve-freitas-gomes/>>

GBR (Guia dos Bancos Responsáveis). Relatório de Pesquisa 2020: uma análise das políticas e diretrizes socioambientais dos nove maiores bancos do Brasil. Fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/media/496697/relatorio-gbr-2020.pdf>>

GUIMARÃES, Lígia. Reforma da Previdência: na versão final aprovada no Senado, quais mudanças podem ajudar a economia? BBC, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50148479>>

KOBLITZ, Arthur. Desmontando o BNDES no meio da pior crise da história. Estadão, 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/desmontando-o-bndes-no-meio-da-pior-crise-da-historia/>>

KOBLITZ, Arthur. Desinvestir é uma estratégia perdedora para o BNDES. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/desinvestir-e-uma-estrategiaperdedora-para-o-bndes.shtml>>

LUCCHESI, Cristiane; FREITAS JR, Gerson. Ex-sócio do BTG quer transformar BNDES em banco de investimento. Economia UOL, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/11/21/ex-socio-do-btg-quer-transformar-bndes-em-banco-de-investimento.htm>>

MENEZES, Francisco; AMORIM, Fernando. Desenvolvimento, Democracia e Responsabilidade: o BNDES na Disputa Ideológica. IBASE – 2017.

MORAES, Sérgio. Desembolsos do BNDES somam R\$ 55 bi em 2019. Montante é o menor valor em 23 anos. CNN Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/03/11/desembolsos-do-bndes-somam-r-55-bi-em-2019-montante-e-o-menor-valor-em-23-anos>>

NASCIMENTO, Luciano. Auditoria externa não encontrou irregularidade em contratos, diz BNDES. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/auditoria-externa-nao-encontrou-irregularidade-em-contratos-diz-bndes>>

NEDER, Vinícius. Montezano afirma que quer transformar BNDES em prestador de serviços financeiros ao governo. Estadão, 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,montezano-afirma-que-quer-transformar-bndes-em-prestador-de-servicos-financeiros-ao-governo,70002928499>>

NEGRÃO, Heloísa. Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia. El País, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html>

OLIVEIRA, Bruno de. Por dentro dos Correios, empresa que está na agenda de privatizações do governo. CNN Brasil, 27 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/07/27/por-dentro-dos-correios-empresa-que-esta-na-agenda-de-privatizacoes-do-governo>>

SANT'ANA, Jéssica; BARBIÉRI, Luiz Felipe. Bolsonaro sanciona com vetos MP da privatização da Eletrobras. G1, 13 de julho de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/13/bolsonaro-sanciona-com-vetos-mp-da-privatizacao-da-eletobras.ghtml>>

SENADO. Aprovada em 2017, reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho. Agência Senado, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>>

SENADO. Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos. Agência Senado, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>

SILVEIRA, Daniel; JANNUZZI, Flávia. Auditoria contratada por R\$ 48 milhões conclui que contratos do BNDES não tinham irregularidades. G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/21/auditoria-contratada-por-r-48-milhoes-conclui-que-contratos-do-bndes-nao-tinham-irregularidades.ghtml>>

TEIXEIRA, Guilherme; MACIEL, Beatriz; BESSO, Rachel. Olhar Socioambiental para o Plano Trienal 2020-22. SITAWI: Finanças do Bem - Agosto, 2020.

TEIXEIRA, Guilherme. Entrevista concedida por Guilherme Teixeira, 2021.

TORRES, Ernani; MACAHYBA, Luiz; MARTINS, Norberto. BNDES: as debilidades da TLP. Observatório da Economia Contemporânea, Le Monde Diplomatique, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/bndes-as-debilidades-da-tlp/>

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. A extinção da TJLP dá início ao desmonte do BNDES *Jornal dos Economistas*, n. 334, jun. 2017. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/12056?&locale=es>>

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. *O BNDES em uma Encruzilhada: como evitar sua desmontagem*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2018.

Sobre os autores

Maria Elena Rodriguez Ortiz

Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ com tese sobre Combate Global à pobreza. Possui graduação em Direito e Mestrado em Direito ao Desenvolvimento pela Université de Génève (Suíça, 1996). É professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e pesquisadora do Brics Policy Center. Tem atuando, tanto no Brasil como na Colômbia, principalmente os seguintes temas: direitos sociais, direitos humanos, acesso à justiça, desenvolvimento, ativismo judicial e exigibilidade de direitos. Também possui longa atuação junto à sociedade civil organizada na área da interação entre Direitos Sociais, Desenvolvimento e Políticas Públicas, com especial atenção para a advocacia dos direitos fundamentais e a educação em direitos humanos. Como parte de seu doutorado, realizou, entre 2009 e 2011, pesquisa de campo em Nova Delhi, Índia, sobre aspectos comparativos do tema da justiça e das políticas sociais.

Rafaela Mello Rodrigues de Sá é mestranda em Relações Internacionais no IRI/PUC-Rio e assistente de pesquisa no BRICS Policy Center.



Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Telefone: (+55 21) 2535-0447 / CEP: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

